

**(DES)DOBRAMENTOS DE UMA PESQUISA EM ARTE:
ADENTRO NA CIDADE, COM RISCOS**

***(UN)FOLDING A RESEARCH IN ARTS:
CITY INWARD, WITH RISKS***

Aurisberg Leite Matutino / UFG

RESUMO

Por meio deste texto, proponho debater sobre algumas questões deflagradoras da minha pesquisa de doutorado em Arte e Cultura Visual, onde retomo um debate acerca da juventude e violência urbana por meio da abordagem proposta pelos Estudos da Cultura Visual. Pretendo pluralizar as discussões sobre a “condição juvenil” no espaço urbano, refletindo sobre as representações e os discursos legitimadores desse então *lugar de risco*, lançando luz sobre como a produção de visualidades pode contribuir como formas de *superação* e produção de outras imagens por meio da auto-representação dos jovens e investigar se/como estas juventudes elaboram estratégias para desconstruir os estigmas e reconstruírem suas próprias imagens, para si mesmas e os outros.

PALAVRAS-CHAVE

Juventude; Representação; Violência; Arte/educação; Visualidades.

ABSTRACT

Through this text, I propose to debate about some questions that sparked my doctorate research in Arts and Visual Culture (UFG, 2012), returning to a debate about youth and urban violence through Visual Culture's approach. I intend to pluralize the discussions on "youth condition" in urban environment, pondering over representations and legitimizing discourses on this place of risk, throwing light on how the production of visualities can contribute as ways of resilience and production of other images through youth self-representation, and to investigate if/how the youth elaborate strategies to deconstruct stigma and recreate their images for themselves and others.

KEYWORDS

Youth; Representation; Violence; Art/education; Visualities.



Figura 1. Entrada do Setor Madre Germana I, Goiânia, Goiás. Fotografia. Fonte: Imagem do autor.

Muita gente fala daqui como se fosse um lugar de bandido. Até hoje, os de fora falam como se o Madre Germana fosse um setor péssimo de se morar, dizem que é arriscado viver aqui, mas eu não vejo isso, eu vejo o Madre Germana, sei lá, como a minha casa, o lugar que me acolheu. Aqui me sinto protegido...

Valdivino, do Grupo de Teatro Venvê Parangolé – sobre o Setor Madre Germana I, em Aparecida de Goiânia, Goiás.

Caminho novamente hoje pela pesquisa-cidade – iniciada há tanto tempo e aprofundada durante o curso de mestrado¹ – e então me permito uma pausa: entre o movimento vertiginoso das ruas do dia a dia e os (com)passos curiosos de muito tempo, compartilhados com os jovens do Grupo de Teatro Venvê Parangolé,² há ainda inúmeras bifurcações que me convidam, e é muito pulsante a vontade de me embrenhar nelas, explorá-las e compreendê-las.

Uma bifurcação, em especial, recobra a dicotomia aqui destacada como epígrafe, posta em jogo por um dos integrantes do grupo durante o nosso segundo encontro de discussão, em fevereiro de 2011, que de forma instigante é complementada por meio de uma imagem. Para alertar os visitantes sobre a queda da ponte que ligava o setor aos outros espaços da cidade, foi colocada uma placa de sinalização

MATUTINO, Aurisberg Leite. (Des)dobramentos de uma pesquisa em arte: adentro na cidade, com riscos, In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 28, Origens, 2019, Cidade de Goiás. Anais [...] Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019. p. 1491-1505.

informando os riscos de ultrapassar as barreiras “Área de risco” – uma fronteira!? Mas que fronteira é essa, que risco é esse? Apenas em termos geográficos? O alerta serve tão só para prevenir acidentes? Percebi, inicialmente, esse alerta, esse “não atravesse, porque ali há riscos”, como um demarcador: a placa não advertia os moradores do setor, mas os que vinham de fora, sugerindo talvez que sair do bairro seria mais seguro do que entrar nele.

Embora a tenhamos percorrido à época, é a esta dicotomia que retorno agora – no intuito de me aproximar novamente dela para a *(des)dobrar*,³ examinando as representações e os discursos fixos e legitimadores desse então *lugar de bandido*, que, por outro lado, também *acolhe* e é *onde se sente protegido*. Sobre estas representações, Moscovici (2003, p. 33) nos alerta que somos constantemente influenciados por ideias, palavras e imagens que penetram nossos olhos, nossos ouvidos e nossas mentes, de forma consciente ou não, e consequentemente constroem representações sociais sobre a realidade. São discursos que acabam nos atingindo de alguma forma.

Hall (2016, p. 1) aponta que o conceito de representação veio ocupar um novo e importante lugar no estudo da cultura. A representação conecta sentido e linguagem à cultura. O autor apresenta o conceito de representação a partir do senso comum ao ditar que a “representação significa usar a linguagem para dizer algo significativo sobre, ou para representar o mundo, significativamente, para outras pessoas”, porém complementa ao dizer que “representar é uma parte essencial do processo pelo qual o sentido é produzido e trocado entre membros de uma cultura”. Ele envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que respondem por ou representam coisas. Mas não é um processo tão simples:

Representar algo é descrevê-lo ou retratá-lo, trazê-lo à mente por descrição ou retrato ou imaginação: fazer uma relação com algo que tínhamos em nossas mentes ou sentidos previamente[...] significa simbolizar, responder por, ser uma amostra de [...] ela é o elo entre conceitos e linguagens que nos permite referir ao mundo “real” dos objetos, pessoas ou eventos, assim como ao mundo imaginário de objetos, pessoas e eventos fictícios. (HALL, 2016, p. 2)

MATUTINO, Aurisberg Leite. (Des)dobramentos de uma pesquisa em arte: adentro na cidade, com riscos, In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 28, Origens, 2019, Cidade de Goiás. Anais [...] Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019. p. 1491-1505.

Retrato que às vezes pode ser apresentado apenas por um lado da realidade, construído dentro de um determinado discurso que limita ou esconde outras realidades. Em seu livro *Crítica da imagem eurocêntrica*, Shohat e Stam (2006) propõem uma reflexão sobre o papel do discurso na formação das práticas colonialistas.

Tomamos o termo discurso no sentido de Foucault, isto é, um arquivo de imagens e afirmações transindividuais e multi-institucionais que formam uma linguagem comum e que permitem representar o conhecimento a respeito de um determinado tema. Como “regimes de verdade”, os discursos estão encapsulados em estruturas institucionais que excluem certas vozes, estéticas e representações. (SHOHAT & STAM, 2006, p. 44)

A inquietação principal que foi surgindo durante a pesquisa de mestrado me levou, na verdade, a refletir de que maneira – ou melhor, até que ponto – a vida dos jovens que moram nestes espaços menos privilegiados é *vista* como estopim – a estourar a qualquer momento – da “bandidagem”. Por conseguinte, quais poderiam ser as “formas alternativas de (se) ver e ser visto”, produzidas em grupo, para questionar os consensos pré-fabricados nas esquinas de uma vida urbana com suas *vias de mão única* e meias verdades – que exorbitam e, no mínimo, desconcertam.

As conclusões a que cheguei na época – sempre consideradas como aberturas para futuros debates – foram me intrigando ainda mais. As “impressões erradas”, nos termos dos próprios integrantes do grupo, que a sociedade tem desses jovens que moram nas periferias das cidades os apontam como “bagunceiros”, “violentos”, “marginais”.

Partindo dos relatos compartilhados e da proposta do grupo de “desfazer a imagem equivocada” que a sociedade tinha deles, contrapondo, para isso, formas de participação pela arte, pensei nas possibilidades de examinar o conceito de juventude em cenários pré-concebidos como “os da bandidagem”, “do crime”, “da violência”. Assim, fui desencaixotando uma série de questionamentos a partir dessa minha pesquisa de mestrado que agora pretendo problematizar no doutorado.

A primeira *dobra* que até aqui já vislumbro remete à questão das práticas artístico-culturais organizadas coletivamente por esses “praticantes ordinários da cidade” (os das “zonas opacas”), que procuram inverter os códigos de uma ordem urbana excludente, gentrificada⁴ e acolhedora/promotora de imagens que tentam, a todo custo, escamotear o dissenso, o desentendimento e os conflitos visíveis.

Os dissidentes ou oprimidos trazem “para esse 'teatro de luta' um repertório de estratégias e respostas – formas de lidar com situações e resisti-las” (GRAMSCI *apud* HALL, 2003, p. 229). É nesse ínterim, entre negociação, resistência e luta, que “as relações entre uma formação cultural subordinada e uma dominante, onde quer que se localizem nesse espectro, são sempre intensamente ativas” (p. 229) e seu resultado, construído/por construir, e não simplesmente preestabelecido.

Como mediadores de vozes oprimidas que buscam representar para alcançar representatividade, os jovens de espaços menos privilegiados muitas vezes buscam, na verdade, formas de visibilidade e/ou de reconstrução das imagens que são comumente atribuídas àqueles que não estão no centro do poder (econômico, cultural, político etc.), propondo, através de seus artefatos e modos de vida, outros significados e novas interpretações da realidade. De acordo com Mitchel (2006, p 18), isso “significa arrancar o véu da familiaridade e acordar para o sentido de deslumbramento, de tal modo que muitas das coisas sobre as quais tínhamos certeza sejam colocadas em dúvida”.

É nessa direção que a cidade pode ser concebida, segundo Deleuze (2007), como um *território de dobras* – de encaixes, desencaixes e reencaixes possíveis a cada mo(vi)mento; de experiências já vividas e a serem *tecidas*, que não se esgotam nas “zonas espetaculares, gentrificadas”, mas também se abrem aos territórios *menos visíveis*, às “zonas opacas”, nos termos de Jacques (2012).

Experiências urbanas de alteridade, ainda segundo ela, que, errantes, *(des)dobram* cartografias e territórios como se a percorrê-los de uma dobra à outra, inesgotavelmente. E *dobras*, afinal, que para Deleuze sustentam tanto a dialética da

MATUTINO, Aurisberg Leite. (Des)dobramentos de uma pesquisa em arte: adentro na cidade, com riscos, In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 28, Origens, 2019, Cidade de Goiás. Anais [...] Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019. p. 1491-1505.

dominação quanto seu necessário avesso – a possibilidade de combatê-la, por esse movimento mesmo de se embrenhar na cidade, ir de uma dobra a outra, desdobrar, redobrar, evidenciando com isso que é possível fazer soar uma dissonância fora da suposta *harmonia do consenso*. Eis a primeira dobra a que me referi linhas acima como primeira a ser já vislumbrada – a dobra da *errância*, dos indivíduos e grupos que se organizam para “inverter os códigos de uma ordem urbana excludente” (Jacques, 2010, p 38).

As demais *dobras* por entre esta preliminar anunciam-se nas formas de *apresentação* das juventudes à frente desses coletivos de resistência sob o prisma da desordem, da transgressão gratuita, da violência urbana. É isso, em especial, o que já me inquietava na época da pesquisa de mestrado e que hoje me convida a fazer esta pausa. Uma pausa, afinal, para *(re)(des)dobrar*, nas brechas e em novos possíveis desvãos, *narrativas errantes* que as culturas juvenis contemporâneas produzem como forma de reagir à consensual – estratégica e homogeneizante – imagem de *uma juventude* (pobre, negra) a quem resta somente assimilar/praticar a violência, criada pela(s) e na(s) periferia(s).

Esta reflexão me faz voltar a olhar para a *imagem estereotipada* que vê estes jovens como violentos, seus espaços como “de bandido”, (ar)riseados e dessa vez me sinto tanto mais instigado a refletir sobre o *domínio simbólico* deste *discurso da violência*.

Ruas de com/viver – em luta: violência real e violência simbólica

Caminho hoje, tanto mais, pelas ruas e avenidas de cidades cujas “soluções violentas de conflitos tornaram-se moeda corrente, [assim como] o aumento das tensões nas relações interpessoais” (SOUZA, 2003, p. 2). O que já não é novidade, acrescento sem risco de grandes equívocos, dada a “explosão populacional nas áreas urbanas” acompanhada das violações sistemáticas de direitos fundamentais por parte do crime organizado ou de agentes do poder público, que solapam, de forma indecorosa, a sociabilidade democrática.

Com isso, agravam-se situações que, evidentemente, não estão de fora do que se entende por “violência real”.⁵ É nesse contexto, aliás, que a sociedade brasileira acompanha o crescimento dos “famosos índices de violência” nas suas mais distintas modalidades: crime comum, violações escandalosas de direitos humanos, violência fatal quase sempre vinculada ao crime organizado, além de tensões e conflitos corriqueiros nas relações pessoais e intersubjetivas.

Ora, que a violência tem “crescido” no país, sobretudo entre os jovens, desde o início dos anos 1960, isso os estudiosos (historiadores, sociólogos, antropólogos, economistas, cientistas políticos, dentre outros) evidenciam, com riqueza de detalhes, em pesquisas realizadas nos principais centros urbanos brasileiros.⁶

Por outro lado, embora seguindo lógica semelhante, espetaculariza-se o que menos explica a violência entre jovens, abrindo-se as cortinas a um “discurso sobre a bandidagem” ou, segundo a antropóloga Teresa Pires Caldeira, a uma “fala do crime” a partir da qual se assegura – seja pela forma como é veiculada nos “noticiários noticiosos”, seja nas re(con)fabulações cotidianas tecidas pelas pessoas – que tal violência tenha seus espaços e rostos bem definidos:

[E] são espaços marginais, como as favelas e os cortiços, e seus habitantes, criminosos em potencial, são pessoas que estão no limite da sociedade, da humanidade e da comunidade política. [As pessoas] ainda veem o crime como algo associado ao mal, que se espalha e contamina facilmente, e que requer instituições fortes e autoridades para controlá-lo. (CALDEIRA, 2000, p. 57)

Decorre disso, como explica a autora, que se vão criando – no dia a dia das cidades, por suas calçadas de ir e vir, esbarrar e consumir – diversos tipos de *discursos* tendenciosos – interpretações e explicações habitualmente simplistas que, além de não trazerem à tona motivos e desfechos sem a mácula dos estereótipos, ainda “organizam [mal] a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais” (*idem*, p. 27) e servindo de sustentação às consensuais imagens com que viver a experiência da cidade:

MATUTINO, Aurisberg Leite. (Des)dobramentos de uma pesquisa em arte: adentro na cidade, com riscos, In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 28, Origens, 2019, Cidade de Goiás. Anais [...] Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019. p. 1491-1505.

Na verdade, medo e violência, coisas difíceis de entender, fazem o discurso proliferar e circular. A *fala do crime* – ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema – é contagiante. Quando se conta um caso, muito provavelmente vários outros se seguem; e é raro um comentário ficar sem resposta. (CALDEIRA, 2000, p. 27)

Não é, portanto, à toa que os jovens – não só os do Grupo de Teatro Venvê Parangolé, de quem escutei repetidas vezes a mesma inquietação, mas também os demais que se organizam em torno de uma *proposta de resistência* – reclamem e procurem combater “a imagem de violência” que se faz deles, devolvendo-a sob a forma de visualidades que digam mais coerentemente a respeito do que são e fazem e produzem, individual e coletivamente.

A grande questão, no meu entender, é que esta “imagem”, da maneira como vem pré-fabricada elegendo pretensamente os “jovens violentos das cidades”, encerra uma violência própria, tão brutal quanto qualquer forma de *violência real*. Neste caso, ela está no bojo do que Pierre Bourdieu (1973; 1989) define como *violência simbólica* – uma espécie de violência “suave e quase sempre invisível”, mas que se faz (oni)presente como estratégia poderosa de controle.

Diferente da violência tida como “real”, a *simbólica* serve para criar (e, daí em diante, fazer com que se aceitem como consensuais) as imagens, atitudes ou ideologias pacificad(or)as e homogêneas sobre segmentos, setores, situações e/ou episódios os mais diversos no tecido social, de modo a impor ou justificar um *modus operandi* – de reificação e dominação.

Para o caso em pauta – o da violência juvenil –, seria o mesmo que reverberar – *ad infinitum*, até a exaustão e o consenso – que a violência nas cidades é, prática e exclusivamente, exercida pelos jovens; em regra, pelos jovens pobres – aqueles deslocados, no todo ou em parte, dos “centros de poder” (BHABHA, 1998), os desvalidos em sua labuta diária (DAYRELL, 2005), ou tão só “os da periferia”.

Jovens, acrescentaria Juarez Dayrell, que “vão tomando consciência de si como

pobres e como negros, elementos integrantes da identidade de cada um” (2005, p. 120), e que não estão pelas ruas ou nos *espaços autônomos* que criam e mantêm simplesmente para “exaltar sua pobreza”; antes e sobretudo, porque “reivindicam, como pobres, a sua condição de humanos, com valores, visão de mundo própria. E desse lugar denunciam as privações que teimam em desumanizá-los” (*idem*, p. 130). É bem verdade, em contrapartida, que

[...] as próprias análises sociais, jornalísticas ou acadêmicas, têm privilegiado a juventude urbana pobre como objeto de estudos de delinquência ou violência urbana (onde ocupam lugar destacado nas estatísticas de vítimas e agressores); nos estudos sobre o mercado de trabalho informal (onde se destacam por uma inserção prematura em atividades legais e ilegais) ou nos estudos sobre evasão, fracasso escolar ou consumo de drogas. (CASTRO, 2006, p. 438)

Não negligencio, por exemplo, que “o tráfico e o consumo de drogas contribuem fortemente para a participação de jovens brasileiros no ciclo perverso de homicídios, quer como agressores ou como vítimas da violência” (DAYRELL, 2003, p. 8). Também, não pretendo aqui dizer, de forma rasteira, que tais estimativas e análises estejam incorretas ou que os jovens da periferia não estejam ligados à criminalidade e à violência juvenil.

O que refuto – e isso, sim, de modo veemente – é o processo de estigmatização, a fabricação de uma imagem social a respeito dos jovens pobres que vem quase sempre atrelada à violência e à marginalidade e, ainda, o que me parece tanto pior, como se estes jovens da periferia – pelo simples *fato* de terem nascido e de viverem na periferia – não pudessem se colocar como produtores culturais.

Narrativas esvaziadas, difundidas a todo momento e que não apenas elaboram preconceitos e eliminam conflitos e ambiguidades, como também

[...] impõem separações, constroem muros, delineiam e encerram espaços, estabelecem distâncias, segregam, diferenciam, impõem proibições, multiplicam regras de exclusão e de evitação, e restringem movimentos. Em resumo, elas simplificam e encerram o mundo. (CALDEIRA, 2000, p. 28)

Aceitar como prevalecentes ou – tanto mais triste – autênticas e reais estas imagens que “constroem muros e encerram o mundo” significaria, no caso da violência que estamos aqui a examinar, no mínimo reproduzir um falso consenso. Não porque nas localidades mais periféricas das cidades tenham desaparecido os problemas infraestruturais e socioculturais – que continuam inúmeros – ou porque o crime organizado, o tráfico de drogas e a corrupção do sistema policial não atinjam os jovens que vivem nessas *zonas de tensão* (SPOSITO, 1993, p. 167), mas, em larga medida, porque esta é uma fala da violência, uma “fala do crime”, cristalizada e espetacular, que constrói sua própria

[...] reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. (CALDEIRA, 2000, p. 10)

Esta criminalização simbólica e arbitrária integra um processo social dominante e tão repetitivo que “até as próprias vítimas dos estereótipos por reproduzi-lo, ainda que ambigualmente” (*idem, ibidem*).

Está aí, segundo Bourdieu e Passeron (2011), a dimensão simbólica da violência em sua expressão mais lancinante: a de ser este “mecanismo” de coação que faz com que os indivíduos vejam como “naturais” as representações e os constructos dominantes. Violência que é, via de regra, desenvolvida por agentes, instituições, corporações e seus sectários da comunicação e que, mesmo com métodos velados de nos apunhalar, sustenta-se no esquema de dominação pelas vias da aceitação de regras e sanções, práticas e posturas, valores e formas de ver – o outro.

Cartografias de uma experiência urbana possível, narrativas da alteridade e reinvenções do cotidiano: por uma *errância* cidadã

Ao me propor uma pausa para olhar de novo e refletir sobre as imagens que são veiculadas a respeito dos jovens da periferia, eu já tinha como expressa minha concordância com Abramo (1994), para quem “o centro do significado [de grupos como o Venvê Parangolé] é a própria ideia de *atuar*, de fazer alguma coisa, mostrar-se ativo, afirmar uma presença que expresse insatisfação e não aceitação do estado

MATUTINO, Aurisberg Leite. (Des)dobramentos de uma pesquisa em arte: adentro na cidade, com riscos, In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 28, Origens, 2019, Cidade de Goiás. Anais [...] Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019. p. 1491-1505.

de coisas” (p. 105).

Em meio aos frágeis e brutais episódios criados pela acumulação urbana, em que facilmente se atribui legitimidade aos que corroboram ou estão de fato nos centros do poder, a violência praticada por e contra jovens não só evidencia um desrespeito generalizado por direitos e vidas, como também deslegitima a cidadania.

Ao contrário do que circula como imagem socialmente criada para os “jovens de baixa renda”, há nas periferias uma efervescência cultural protagonizada por parcelas dos setores juvenis que buscam, por meio de seu discurso poético, prática artística e estilo próprios, resgatar a dimensão subjetiva de sua experiência urbana – quase sempre vivida “ao fio da navalha” – e reintroduzir a dimensão humana que lhes é extraída por um discurso dominante que os taxa, quando pouco, de desumanizados (DAYRELL, 2005, p. 129).

Dobrar, dessa forma, as esquinas urbanas sem temer o enfrentamento e o dissenso equivale a ver, se ver e se embrenhar nos “interstícios da vida cotidiana, com forças para a conquista de um espaço que não seja apenas o do sistema de arte” (MESQUITA, 2008, p. 12). Equivale, também, a compreender que, como jovens, têm à mão uma juventude que, evidentemente, é forçada a lutar quase o tempo todo contra múltiplas formas de exclusão, mas que, por outro lado, não se exime de criar suas próprias *zonas de resistência*.

Isso significa dizer ainda que estes jovens, *errantes*, artistas-ativistas nos dizeres de Mesquita (*idem*), conseguem resistir, inclusive, “à hostilidade e à aridez do sistema que os envolve, mas nem sempre os absorve. Resistem não somente ‘a pesar’, mas também ‘por causa’ dessa aridez” (NUNES, 2013, pp. 32-33).

Não se tornam *heróis* nem pseudomártires, mas criam, finalmente, sua própria *errância* com que viver a experiência urbana e desmentem, tanto quanto possível, que estão dispostos a permanecer como a maioria “dos de fora” os prefere manter: em “lugares de bandido”, nas “falas do crime”,

A radicalidade desse Outro urbano se torna explícita quando ele inventa e reinventa várias táticas e astúcias para viver o cotidiano da cidade, quando ele também *dobra, redobra e desdobra* percursos e territórios, não negligenciando a necessidade das pausas e dos desvios... É assim, nessas mesmas circunstâncias, que adquire ainda maior relevância a valorização da alteridade urbana; desse Outro

[...] que resiste à pacificação e desafia a construção desses pseudoconsensos publicitários. São esses vários outros que, por sua simples presença e prática cotidiana, explicitam conflitos e provocam dissensos, aqueles que Milton Santos chamou de Homens Lentos, que Ana Clara Torres Ribeiro chama de Sujeitos Corporificados e Michel de Certeau, de Praticantes Ordinários das Cidades. (JACQUES, 2012, p. 15)

No fim das contas, lembra Jacques em outro texto de admirável lucidez intitulado *Zonas de tensão*, “existe sempre uma ‘outra cidade’ escondida, ocultada, apagada ou tornada opaca – por todas essas estratégias de marketing que criam imagens urbanas pacificadas e consensuais” (2010, p. 109). Esta é a cidade que resiste e coexiste “por trás dos cartões postais globalizados das cidades espetaculares contemporâneas” (*idem, ibidem*).

As imagens consensuais não conseguem, afinal, apagar essa “outra cidade” na medida em que ela também é intensa e viva e, sobretudo, porque, mesmo opaca, ela se insinua nas brechas, margens e desvios da cidade espetacularizada.

Apesar de seus lugares serem vistos quase exclusivamente como “de bandido”, é dali que os grupos juvenis projetam suas intervenções. E intervêm. Cruzam fronteiras preestabelecidas. Desafiam. Imaginam e traduzem novas formas de viver a experiência urbana. E as vivem. Confrontam-se com vários Outros, *erram* pela cidade, aprendem a apreendê-la em seus interstícios. E criam *microrresistências*, dali de suas “zonas opacas”, que podem desestabilizar itinerários pelo simples fato de estarem dispostos aos caminhos itinerantes. De suas margens, frestas e desvios, estes jovens – com suas práticas – são acolhidos e acolhem. É de onde protegem e se sentem protegidos.

Notas

¹ A dissertação foi defendida em 2012 na Faculdade de Artes Visuais da UFG, com o título *Caminhos para ver, se ver e ser visto: o Grupo de Teatro Venvê Parangolé*. A narrativa abordou, à época, as visualidades produzidas pelo grupo em sua prática artística e educativa, ocasiões inúmeras em que acompanhei o trabalho coletivo do grupo e suas tentativas de reconstruir as imagens comumente atribuídas à(s) juventude(s) da periferia.

² Com idades entre 15 e 29 anos e vivendo todos na periferia do município de Aparecida de Goiânia-GO, os integrantes do grupo se reúnem desde 2001. Com estilos de vida e em condições materiais específicas, articulam-se em torno de uma proposta de teatro comunitário, reinterpretando manifestações das culturas populares e criando/recrindo narrativas por meio de um processo coletivo de aprendizagem, em que um aprende com o outro. Dessa forma, é possível dizer que o grupo projeta suas *intervenções no aqui e agora*, produzindo e negociando suas visualidades – entre ver, se ver e ser visto – em constante interlocução com suas vivências sociais, com as tensões e os conflitos também compartilhados no movimento de viver a experiência urbana/da comunidade.

³ Tomo emprestada, ao longo de todo o texto, a noção de *dobra* elaborada por Gilles Deleuze em suas obras dedicadas a Foucault (*Foucault*, de 1986) e Leibniz (*A dobra: Leibniz e o Barroco*, de 1988). Apesar de toda a complexidade semântica inerente a este conceito, para Deleuze *dobrar* equivale, sobretudo, a *abrir, desvelar, dobrar-se* propriamente – e infinitamente – como se em um labirinto para, então, *desdobrar*, criar nova(s) possibilidade(s) para (des)crever a realidade partindo da “sempre exist[ência de] uma dobra na outra” (DELEUZE, 2007, p. 13).

⁴ Gentrificação (*gentrification*) é termo alçado, originalmente, pela socióloga inglesa Ruth Glass em seus estudos sobre Londres, na década de 1960. Significa, em linhas gerais, a conversão de bairros da classe trabalhadora em setores para circulação/consumo da classe média. Equivale à conhecida “revitalização urbana” feita nas grandes capitais, com o deslocamento da população de baixa renda do Centro da cidade para as regiões cada vez mais periféricas.

⁵ Terminologia (mais comumente utilizada pelos juristas) para definir a “violência de fato” – aquela que vem acompanhada de “vítimas”. Neste sentido, é todo tipo de constrangimento – físico ou moral – efetivamente praticado, por meio de força física ou coação ou, ainda, intimidação.

⁶ A exemplo desses estudos, cf. Oliveira (2002), Cano & Santos (2001), Barros *et al.* (2002).

Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. 1ª ed. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 42, v. 15. São Paulo, 2002, pp. 123-142.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

MATUTINO, Aurisberg Leite. (Des)dobramentos de uma pesquisa em arte: adentro na cidade, com riscos, In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 28, Origens, 2019, Cidade de Goiás. Anais [...] Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019. p. 1491-1505.

_____. & PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 5ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.

CANO, Ignacio & Santos, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

CASTRO, L. R. de. **A construção da diferença: jovens na cidade e suas relações com o outro**. In: *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 2, mai./ago. 2006, p. 437- 447.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora da UFMG/Humanitas, 2005.

_____. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24. São Paulo: set./dez. 2003, pp. 40-52.

DELEUZE, Gilles. **A Dobra: Leibniz e o Barroco**. 1ª ed. Campinas: Papyrus, 2007.

HALL, STUART. “**O papel da representação**”. In: *Cultura e representação*. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. Zonas de tensão. In: JACQUES, Paola Berenstein & BRITTO, Fabiana Dultra (Orgs.). **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010.

JACQUES, Paola Berenstein & BRITTO, Fabiana Dultra (Orgs.). **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010.

MATUTINO, Aurisberg Leite. **Caminhos para ver, (se) ver e ser visto: o Grupo de Teatro Venvê Parangolé**. Dissertação – Mestrado em Arte e Cultura Visual. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais, 2012.

MESQUITA, André Luiz. **Insurgências poéticas: arte ativista e ação coletiva (1990-2000)**. Dissertação – Mestrado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2008.

MOSCOVICI, S. (2003). **Representações sociais: investigações sem psicologia social**. Petrópolis: Editora Vozes.

NUNES, Kamilla. **Espaços autônomos de arte contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Circuito, 2013.

MATUTINO, Aurisberg Leite. (Des)dobramentos de uma pesquisa em arte: adentro na cidade, com riscos, In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 28, Origens, 2019, Cidade de Goiás. Anais [...] Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019. p. 1491-1505.

OLIVEIRA, Nilson Vieira (Org.) **Insegurança pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos. In: JACQUES, Paola Berenstein & BRITTO, Fabiana Dultra (Orgs.). **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Anotações sobre a violência, o crime e os direitos humanos. **Revista de Psicologia da Unesp**, v. 2, n. 1. Assis, São Paulo, 2003, pp. 1-19.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, n. 1-2, v. 5. São Paulo: USP, 1993, pp. 161-178.

Aurisberg Leite Matutino

É doutorando em Arte e Cultura visual – FAV/UFG, mestre em Cultura Visua – FAV/UFG, graduado em Artes Visuais, com Habilitação em Design Gráfico, Licenciatura em Artes Visuais. MBA em Gestão de Marketing e Comunicação. Atua na área de artes e tecnologia, cultura popular, processos de impressão e programação visual de materiais gráficos, atuando principalmente nos seguintes segmentos: juventude, campanhas de mobilização social. Contato: bergmatutino@gmail.com.